

Gramsci, as relações internacionais e o capitalismo contemporâneo: as antinomias da “escola neogramsciana”

REJANE CAROLINA HOEVELER*

Muito embora as reflexões da chamada escola “neogramsciana” estejam voltadas para debates internos às disciplinas de Relações Internacionais (R.I.) e de Economia Política Internacional (E.P.I.) – principalmente porque seu impulso inicial foi o de promover uma crítica ao paradigma neo-realista predominante nas R.I. – as análises empenhadas por ela podem ser incorporadas pelos estudiosos do capitalismo contemporâneo e da História Contemporânea em geral. Infelizmente ainda têm sido raras entre os historiadores tentativas neste sentido. Esta comunicação tem como objetivo apresentar o debate teórico recente envolvendo as propostas da escola neogramsciana e as críticas, provenientes de diversos autores marxistas, a ela dirigidas.

Em primeiro lugar é necessário definir o que está sendo denominado de “escola neogramsciana”, definição que por si só já carrega controvérsias, já que alguns dos autores que são assim chamados negam tal classificação. Ficaremos, para sintetizar, com a definição apresentada por Julian Saurin (SAURIN: 2008, 30), que delimita a escola neogramsciana como composta por acadêmicos basicamente de R.I. e de E.P.I., que fazem sistematicamente o uso de Gramsci em suas análises, de 1981 para cá – a data se refere à publicação do artigo seminal de Robert Cox (considerado o fundador da escola) na Revista *Millenium*, “Forças Sociais, Estados e Ordens Mundiais: Além da Teoria das Relações Internacionais” (COX: 1981). Para além disso, são autores que se citam mutuamente, participam e organizam congressos e eventos juntos, etc, muito embora não conformem uma única e coerente “escola”, existindo, portanto, diferenças substanciais entre esses autores. Estamos falando de nomes como Kees van der Pijl, Stephen Gill, Mark Rupert, Craig Murphy, David Law, Barry Gills, Otto Holman e Enrico Augelli, entre outros (Giovanni Arrighi é considerado como um colaborador, embora presente, em nossa opinião, problemática muito distinta; Adam Norton

também é um caso excepcional em sua relação com a “escola”).¹ Todos esses nomes mereceriam análises à parte; porém, para atender os objetivos desta comunicação, nos restringiremos a dois grandes representantes de peso: o próprio Robert Cox e Stephen Gill, que é considerado, depois de Cox, a maior referência da “escola”.

Dividiremos esta reflexão em duas partes: na primeira, apresentaremos as contribuições de alguns estudos realizados por estes autores. Na segunda parte, dividida em subseções, apresentaremos algumas das principais críticas provenientes de autores marxistas à abordagem teórica, pelos neogramscianos, de alguns conceitos gramscianos e marxistas centrais.

1. Aportes da escola neogramsciana: Gramsci para o capitalismo contemporâneo e as relações internacionais

Uma das principais, talvez a mais importante, contribuição da chamada escola neogramsciana para o estudo do capitalismo contemporâneo é o fato de ter trazido sistematicamente os conceitos de Antonio Gramsci para iluminar algumas questões complexas relativas à modificação do capitalismo mundial e da hegemonia americana, especialmente dos anos 1970 para cá.

Criticando fortemente tanto o paradigma do neorealismo, predominante nos estudos sobre as relações internacionais, quanto o que chamaram de um marxismo “economicista” e “determinista” (mais abaixo veremos esta questão), os neogramscianos chamaram a atenção para o papel de instituições, aparelhos privados de hegemonia e de intelectuais orgânicos na (re)construção da hegemonia americana e na constituição do cenário para a aplicação das políticas neoliberais, em meio à crise do keynesianismo.

Uma ideia central presente em Cox, e que foi seguida por autores como Stephen Gill, é que, a partir de meados dos anos 1960, teria se constituído uma fração de classe capitalista

*Mestranda do PPGH- UFF, e bolsista da CAPES.

¹ Preferiremos não adotar a denominação “nova escola italiana”, por sua total imprecisão, já que apenas um italiano, Enrico Augelli, pode efetivamente ser considerado parte desta perspectiva. A Universidade de York, em Toronto, no Canadá, é mais significativa em termos de membros (Cox e Gill), mas a “corrente” também tem presença na Escola de Relações Internacionais de Amsterdã e em diversas outras universidades britânicas e norte-americanas, como Newcastle, Sussex, Siracusa, entre outras.

transnacional, composta pelos setores mais internacionalizado do capital, especialmente aquele ligado à finança. Esta fração teria dado suporte (com o trabalho de suas organizações, aparelhos e intelectuais) a um *bloco histórico transnacional*.

Este bloco histórico transnacional teria sido construído ao longo dos anos 1970, concomitantemente à crise do “bloco histórico internacional” que teria caracterizado o pós-guerra (para Cox, um mix de socialdemocracia, compromisso de classe em uma “economia mista” baseada na acumulação fordista, e comércio internacional crescente, sob a liderança dos EUA, entre os anos 1940 e 1950, e que teria durado até pelo menos o fim dos anos 1960).

De acordo com Gill, o conceito gramsciano de bloco histórico refere-se àquelas situações em que existe um alto grau de congruência política entre as relações de força, dentro das quais existem três níveis de consciência, o econômico-corporativo, o da solidariedade de interesses e o político-militar. Encontramos em Gill a definição mais precisa de que o bloco histórico é, para Gramsci, o *link* orgânico entre a estrutura e a superestrutura.² Por isso, ele não pode ocorrer espontaneamente, e nem é simples resultado de uma necessidade econômica, mas necessita de liderança e de ação política baseada numa consciência política altamente desenvolvida. (GILL, 1990: 45)

A partir daí, teria se constituído algo como uma “sociedade civil internacional”, uma rede ligada por instituições orgânicas e que atua politicamente dentro (mas para além) dos âmbitos nacionais. Para Cox, seria possível localizar também indícios da constituição de uma sociedade política internacional.

Para Cox, a crise da hegemonia americana nos anos 1960 e 1970 teria provocado a necessidade de uma nova e modificada estrutura institucional, que se refletiu no esforço de organização de fóruns como a Comissão Trilateral ou os *Western Economic Summit Meetings*. Essa “crise de hegemonia” (novamente é explícita a referência a Gramsci) teria gerado a busca pela construção de um novo consenso hegemônico, que teria que refletir necessariamente não apenas o peso da Alemanha e do Japão, mas também o crescimento do

² Ao contrário da interpretação, por exemplo, de Portelli, que define o bloco histórico como um bloco de alianças.

capital transnacional, assim como levar em conta a ascensão de certas nações recentemente industrializadas.

O seminal trabalho de Stephen Gill sobre a Comissão Trilateral trouxe uma série de questões para a elucidação da atuação política internacional desse denominado “capital transnacional”. Gill dedica grande parte de seu estudo a refutar o mito do fim da hegemonia americana, ideia que contaminou inclusive parte da esquerda marxista durante os anos 1970, e que foi predominante entre os neorealistas. Nesta argumentação, ele critica, com base em Robert Brenner, a perspectiva dos adeptos do “sistema-mundo” (principalmente em Immanuel Wallerstein), por entenderem a hegemonia como algo cíclico e que já estaria numa fase de inevitável decomposição.

Na análise de Gill, a profunda recessão do fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 paradoxalmente facilitou a retomada da hegemonia americana, pois embora ela tenha sido mais forte nos próprios EUA, sua capacidade de recuperação era maior. A metáfora gramsciana de “aliança orgânica” (estrutural) – entre EUA, Europa Ocidental e Japão – ajudaria a explicar a firmeza do Império americano dos anos 1970 para cá (GILL, 1990: 87).

A tentativa de aplicação, à esfera internacional, de conceitos como hegemonia, bloco histórico, e sociedade civil, porém, embora tenha trazido *insights* brilhantes acerca das modificações no modo de funcionamento do capitalismo contemporâneo, e produzido efetivos avanços na compreensão de uma série de fenômenos históricos contemporâneos, é marcada por uma série de problemas e inadequações teóricas.

2. Eclétismo teórico-metodológico: os problemas conceituais da escola neogramsciana

A principal crítica dirigida aos neogramscianos diz respeito a seu eclétismo teórico e metodológico. Segundo Julian Saurin, “a licenciosidade é o preço a ser pago” por esse eclétismo, já que um marxismo reconhecível enquanto marxismo teria sido totalmente purgado na perspectiva neogramsciana. (SAURIN, 2008: 26)

Para Allison Ayers e Alfredo Saad-Filho, é difícil classificar o trabalho de Cox (e seus seguidores) justamente porque, apesar de se denominar como um materialista histórico, ele

opta por tomar algumas coisas emprestadas do marxismo sem, no entanto, levar “o pacote todo”. Segundo Peter Burnham (um pouco exageradamente, em nossa avaliação) a literatura coxiana oferece pouco mais que uma versão do pluralismo weberiano orientado para o estudo da ordem internacional. (AYERS & SAAD-FILHO, 2008, 113). Vejamos como este ecletismo se revela na utilização de alguns conceitos-chaves.

a) Classe, capital e crise

Um dos exemplos dessa fragilidade teórica de Cox, segundo Ayers e Saad Filho, é o conceito de “classe” na análise de Cox, muito mais uma categoria meramente estática, posicional, descritiva, praticamente um tipo ideal, do que uma relação dinâmica e historicamente específica que de fato molda o sistema capitalista. Para Cox, classe é simplesmente o modo pelo qual cada pessoa está posicionada no processo produtivo. Por este motivo, relação de classe é, para Cox, qualquer relação de dominação e subordinação, como de gênero, raça, casta, etc, e, deste modo, a noção de classe se torna indistinguível de muitas outras “identidades”.

Apesar de referências frequentes a classes e relações de classe, Cox não se dedica a identificar o que é, dentro do debate marxista, uma *classe social*; ao deixar de fazê-lo, ele iguala o termo “classe social” a “força social”, o que automaticamente descarta qualquer característica específica que o conceito de classe carrega, dentro da tradição de pensamento marxista.

A análise de Cox acerca do colapso do keynesianismo, por exemplo, se baseia muito mais num desenvolvimento tecnológico exógeno do que às leis tendenciais de movimento do capital, como uma leitura marxiana prerrogaria. É basicamente uma descrição de conflitos entre os processos de acumulação, e não sobre a natureza mesma da acumulação capitalista. (AYERS & SAAD-FILHO: 2008, 113)

Segundo os autores, os dois principais erros de Cox em sua análise acerca do fim do keynesianismo, no entanto, estariam, primeiro, na valorização de uma suposta disputa entre o capital industrial e as finanças, sob o neoliberalismo. Essa conclusão, acrescentaríamos, pode ser considerada em grande parte decorrente do fato de Cox não abordar o conceito de capital

financeiro enquanto uma fusão entre o capital bancário e o capital industrial, tal como na leitura do (criticado) marxismo “clássico”, de Hilferding e Lenin.

O segundo principal erro estaria na consideração do papel das crises no neoliberalismo e mesmo no capitalismo. Cox argumenta que a instabilidade macroeconômica e as frequentes crises financeiras e de balança de pagamentos demonstrariam que o neoliberalismo é fundamentalmente “falho”. Aqui concordamos inteiramente com os autores quando argumentam que (AYERS & SAAD FILHO, 2008: 125):

Isso é verdade, mas só no mesmo sentido abstrato que as crises econômicas demonstram que o capitalismo é um modo de produção “falho”. As crises oferecem a oportunidade de restaurar o equilíbrio na acumulação capitalista, as crises desempenham um papel construtivo no neoliberalismo porque impõem disciplina sobre os governos e compelem capitalistas e trabalhadores a se comportarem de formas que suportam a reprodução do neoliberalismo.

A falha em não considerar o capital como uma relação social, pautada pelo processo contínuo da metamorfose do valor (valor que se valoriza), é o que leva à incompreensão do papel das crises no capitalismo. Aliás, nas explicações coxianas, faz muita falta uma leitura mais atenta sobre a chamada Lei Geral de acumulação capitalista, discutida por Marx n’O Capital. O descarte completo das contribuições de Hilferding e Lenin sobre o capital financeiro pode ser considerado um dos motivos que conduzem ao equívoco da oposição entre um suposto capital industrial e um “financeiro”; e de um suposto capital “nacional” em oposição a um capital “estrangeiro” (contradições principais do neoliberalismo, de acordo com Cox).³

b) Hegemonia

Cox sublinhou a centralidade das “forças sociais” em seu conceito de hegemonia global, inspirado em Gramsci; isto é, a hegemonia é considerada, ao contrário da maior parte da literatura sobre as relações internacionais, não somente como uma relação interestatal, mas como a penetração de um modo dominante de desenvolvimento capitalista dentro de todos os

³ Na terminologia coxiana, o que conhecemos como neoliberalismo aparece sob o termo “ultraliberalismo”; e o termo ‘neoliberalismo’ se refere ao sistema econômico internacional keynesiano.

países através das atividades das classes dominantes. A hegemonia global, para Cox, se expressa em “valores e normas universalizadas”, difundidas através de instituições e mecanismos internacionais que determinam pesadamente a estrutura de comportamento para estados e forças sociais nacionais.

Alguns autores, como Julian Saurin, defendem a impossibilidade de aplicar o conceito de hegemonia à esfera internacional, com o argumento de que o conceito de hegemonia em Gramsci é intimamente ligado ao de Estado, que é, por sua vez, Estado Nacional. Porém, se considerarmos a definição de hegemonia prioritariamente como a relação (não dicotômica e nem binária) entre coerção e consenso, e também os apontamentos feitos por Gramsci a respeito da “relação de forças” em escala internacional (GRAMSCI: § 17, Caderno 13) – e seu diálogo implícito com a análise do imperialismo de Lenin, que já havia utilizado a metáfora militar da hegemonia para analisar a situação política mundial – torna-se, em nossa opinião, perfeitamente possível, com as devidas precauções teóricas, utilizar este conceito para analisar a situação internacional, numa perspectiva rigorosamente marxista e gramsciana.⁴ Além disso, o próprio Gramsci possibilitou uma brecha neste sentido quando se referiu à possibilidade de uma hegemonia global comunista sob a Internacional. De qualquer forma, esta apropriação do conceito necessitaria acuramento teórico mais preciso do que aquele que encontramos em Cox e Gill.

Mais problemática, porém, é a noção de “sociedade civil internacional”, proposta por Cox e endossada por Gill, já que é impossível, a partir de Gramsci, distinguir uma sociedade civil apartada de uma sociedade política, e também bastante difícil provar a idéia de que se esteja construindo algo como uma sociedade política internacional (que implicaria num Estado mundial). É aqui que faz falta uma apreciação diversa sobre o papel do Estado no capitalismo contemporâneo, que decorre de um conceito de Estado muito próximo ao da teoria weberiana.

⁴ Algumas estratégias imperialistas como a chamada “diplomacia da dívida” atuam como verdadeiros mecanismos de coerção na esfera internacional; isto sem considerar, na própria esfera militar, a constituição de exércitos como o dos capacetes azuis da ONU (que agem em conflitos nacionais atendendo a interesses do imperialismo).

c) *Estado*

Uma das propostas mais emblemáticas de Cox talvez seja a idéia de “internacionalização do Estado”. Esta noção joga luz sobre a profunda articulação contemporânea entre as instituições e determinações do capital transnacional, em especial a forma como é elaborada e posta em prática a *policy-making* dos Estados Nacionais, ressaltando os mecanismos pelos quais as tomadas de decisão macroeconômicas dos Estados são construídos internacionalmente, pelas classes dominantes. Porém, sob a consideração deste aspecto, que é interessantíssimo, subsiste uma noção do Estado quase como um ente neutro que é simplesmente “atravessado” pelos interesses das “forças sociais”, numa leitura quase weberiana do Estado.

Segundo Pinar Bedirhanoglu, a proposta de Cox acerca da “internacionalização do Estado” foi criticada tanto por representantes da corrente conhecida como *Open Marxism*⁵, quanto por marxistas influenciados por outras tradições (como a de Polantzas e Miliband), especialmente por Leo Panitch.

Panitch reitera o papel central e constitutivo dos Estados no capitalismo com base em sua função, atribuída por Poulantzas, de mediação entre os interesses conflitantes das distintas frações do capital. A intervenção metodológica de Panitch redefiniu o Estado como uma fonte da mudança em si, isto é, um *sujeito* da mudança (a serviço dos interesses e diretamente, pelas próprias classes dominantes), e não apenas, como aparece em Cox, um *objeto* desta.

Enquanto a intervenção de Panitch procura substituir a autonomia total do Estado por uma autonomia relativa, os críticos do *Open Marxists*, além de negarem que haja de fato alguma mudança de qualidade da composição recente dos Estados, também negam-lhe qualquer autonomia. Desta forma, apesar de suas diferenças acerca da concepção da autonomia do Estado, tanto Panitch quanto o *Open Marxism* sublinham o papel constitutivo do Estado no desenvolvimento capitalista, não tomando-o como uma casca vazia, como faz

⁵ Grupo que se reuniu em torno das revistas *Arguments* (1958–62); *Common Sense* (1987–99), e *The Commoner* (criada em 2001). O grupo tinha influências diversas como Isaac Rubin até autores do chamado “marxismo autonomista”; nos anos 1970 e 1980 os *open marxists* debateram as teses “derivacionistas” no grupo *Kapitalistate*, baseado em São Francisco, EUA. Alguns nomes associados ao *Open Marxism* são John Holloway, Simon Clarke e Peter Brunham.

Cox, mas como uma entidade cuja própria natureza é capitalista. (BEDIRHANOGLU, 2008:100)

Segundo Gill, o “marxismo clássico” (no qual ele abarca Lenin e Kautski) teria uma teoria “instrumentalista” do Estado capitalista, por vê-lo principalmente como um instrumento direto da fração dominante dos capitalistas financeiros. Para o autor, essa teoria não explicaria, por exemplo, a associação do governo de cada nação capitalista com seu próprio “capital nacional”, como o fato de que algumas frações do capital procura por uma estratégia nacionalista-intervencionista, enquanto outras procuram pela extensão do livre mercado em uma base global.

A familiaridade de Gill acerca do debate sobre o Estado no marxismo revela-se bastante precária, afinal, a teoria marxista do Estado, em suas principais variantes ocidentais – tanto os “autonomistas relativos” franceses, como Poulantzas, quanto os “derivacionistas” alemães, como Hirsch e Altvater – procurou interpretar como o Estado age como defensor da ordem capitalista acima dos interesses particulares das distintas e frequentemente conflitantes frações do capital, para assegurar a acumulação capitalista em si. Estas contribuições são as que permitem, aos marxistas, explicar (ainda que com respostas diferentes entre si) as diferentes (por vezes opostas) demandas das distintas frações do capital.

É esta falta de uma teorização adequada do Estado que faz com que Gill, por exemplo, acredite que o que impede a formação de uma sociedade política global seja “a persistência de blocos nacionalistas” e de “complexos de segurança”, que seriam um “problema” para o capital transnacional. (GILL, 2007 [1989]: 191)

Ainda segundo Bedirhanoglu, a problemática rendição de Cox (e, em nossa, opinião, também de Gill) à autonomia estatal tem a ver com seu distanciamento do conceito marxista de modo de produção, o qual ele considera ambíguo, a partir da (muito contestada) interpretação de G.A. Cohen. (para uma crítica a esta interpretação, ver TERRIT, 2006:39-62).

d) Modo de produção e a metáfora base-superestrutura

Cox é muito apreciado por seu reconhecimento da importância dos significados intersubjetivos na construção da realidade social, isto é, por dar grande valor à produção de conhecimento, ideologias, moralidade, e instituições. Reconhecer o papel das ideias dentro da realidade social tem sido importante para desafiar as suposições da metáfora base-superestrutura características de certas leituras mecanicistas de Marx; porém, ele não foi além de assumir um “determinismo mútuo” entre duas esferas externa ou contingencialmente relacionadas. A solução dada pela escola neogramsciana, então, tem sido simplesmente a de postular uma “relação recíproca” entre estrutura (relações econômicas) e superestrutura (a esfera ético-política), uma resolução que acaba por reproduzir as concepções que separam o econômico do político. Metodologicamente, a fragilidade da concepção se apresenta, por exemplo, em truísmos como “tudo se relaciona com tudo”, isto é, a mera afirmação de uma “determinação mútua”, característica do ecletismo teórico anteriormente referido.

Para Bedirhanoglu, um modo de sair desse problema seria uma problematização mais adequada de como relações de produção particulares são elas mesmas moldadas por construções particulares na História, isto é, um entendimento do conceito marxiano de modo de produção. A interpretação reducionista de “modo-de-produção” é a razão pela qual as “forças sociais” adquiriram um papel central nas estruturas históricas de Cox, o que faz com que as “relações sociais” permaneçam exteriores às “estruturas”.

Conclusão: um Gramsci descaracterizado

Em relação especificamente ao principal problema da aplicação pelos neogramscianos das categorias de Gramsci, o problema central nos parece ser o de uma adesão acrítica a uma certa leitura de Gramsci, na qual este se torna um oponente de um marxismo considerado “tradicional”, que é a partir de então todo descartado. Esta interpretação se deve não apenas a uma relação teórica insuficientemente rigorosa com o marxista sardo, mas mais provavelmente a uma relação ambígua com a teoria marxista como um todo.

De acordo com Saurin, escola neogramsciana produz um “segundo aprisionamento” de Gramsci (SAURIN, 2008: 27):

temos uma figura histórica, um líder político e organizacional na tradição revolucionária marxista, cujo trabalho político-intelectual foi dedicado a explicar as

*condições e processos sob os quais a mudança revolucionária poderia ser orquestrada e assegurada; ele foi então confinado numa caixa – sua cela de prisão – e então, nós temos os herdeiros neogramscianos cujo efeito principal tem sido explicar as condições e processos pelos quais a transformação revolucionária está obstaculada.*⁶

Embora tendamos a concordar com Saurin na crítica ao descaramento da teoria de Gramsci como uma teoria revolucionária, acreditamos ser necessária uma ponderação: entender como o sistema se reproduz e como as revoluções são derrotadas é uma questão fundamental para a reflexão marxista, e de fato grande parte da originalidade de Gramsci dentro do marxismo revolucionário se deve a seu esforço neste sentido. Portanto, o problema da escola neogramsciana não está em sublinhar esta importante faceta da obra gramsciana, mas sim em opor de forma irreconciliável Gramsci ao chamado “marxismo clássico”, considerado economicista, determinista, etc.

A afirmação de Saurin faz mais sentido, no entanto, quando encontramos em Gill uma passagem como esta (GILL, 2007 [1991]: 70)

Por conseguinte, (...) o objetivo da abordagem gramsciana é chegar à solução do problema fundamental da filosofia política: a natureza da boa sociedade, e, portanto, politicamente, a construção de um Estado ‘ético’ e de uma sociedade na qual o desenvolvimento pessoal, a reflexão racional, o debate aberto, a participação democrática e a liberação econômica e social sejam amplamente acessíveis.

Ora, o objetivo de Gramsci não é uma “sociedade ética” ou um “Estado ético”, mas o socialismo, e o fim da sociedade de classes, o comunismo, e não uma “liberação econômica” e “participação democrática”!

Não podemos, no entanto, ser simplistas na crítica. Cox, de forma mais acurada que Gill, considerou, por exemplo, que a obra de Buci-Glukzman, que coloca Gramsci inequivocamente na tradição leninista, é “muito mais bem articulada” do que aquelas que opõem Gramsci e Lenin (Portelli e Macciocchi). Assim, ele localiza que o conceito de hegemonia, por exemplo, está intimamente associado à ideia presente tanto em Lenin quanto nos círculos da Terceira Internacional de que o proletariado exerceria hegemonia sobre as

⁶ “we have a historical character, a political and organizational leader in the Marxist revolutionary tradition whose político-intellectual work was dedicated to explaining the conditions and processes under which revolutionary change could be orchestrated and secured; He was then confined to a Box – his prison cell – and so, on the other hand, we have the neo-Gramscians inheritors whose primary effect has been to explain the conditions and processes by which revolutionary transformation is precluded.”

classes aliadas, e ditadura sobre as classes inimigas. A originalidade de Gramsci teria sido em aplicar a ideia à burguesia (COX, 1983; 163) Em seu “ensaio de método”, Cox elabora um ótimo resumo sobre a origem dos conceitos de Gramsci, embora isso por si só não seja suficiente para dirimir os problemas teóricos supracitados.

Embora tenham consolidado um importante contraponto na área de R.I. e de E.P.I., o reconhecível confinamento disciplinar de muitos neogramscianos a uma disputa teórica dentro destas disciplinas é também outro ponto questionável e que demonstra de forma cabal a ambiguidade da relação com o marxismo, que por natureza ultrapassa, necessariamente, as fronteiras entre as disciplinas.

Por fim, concordamos com Bedirhanoglu em que existe um potencial não realizado na obra destes autores, que trouxeram contribuições originais para a análise do capitalismo contemporâneo. Uma apropriação destas contribuições originais aliada a uma leitura marxista rigorosa dos conceitos de Gramsci poderia desfazer os equívocos teóricos e realizar este potencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYERS, Alison J. (ed.) *Gramsci, Political Economy, and International Relations. Modern Princes and Naked Emperors*. New York: Palgrave-Macmillan, 2008.

BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci. Filosofia, História e Política*. São Paulo: Alameda, 2008.

COX, Robert. “Social Forces, States and World Orders: Beyond the International Relations Theory”. *Millenium*, 1981.

_____. “Gramsci, hegemony and International Relations: an essay on method”. *Millenium*, v. 12, n. 2, p. 162-175.

GILL, Stephen. *American hegemony and the Trilateral Commission*. Cambridge University Press, 1990.

_____. (org.) *Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Edufrj, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

TERRIT, Fabien. “O materialismo histórico de Cohen: um determinismo tecnológico fadado a uma guinada normativa”. *Outubro*, São Paulo, nº 14, 2006.